DOI 10.61470/o.v21i1.73706

RURALIDADES NO SEMIÁRIDO: REFLEXÕES A PARTIR DE EVIDÊNCIAS SOCIOLÓGICAS

Roberto de Sousa Miranda, Universidade Federal do Agreste de Pernambuco.
Professor da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba

Ramonildes Alves Gomes, Universidade Federal de Campina Grande.
Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande

Kaliane de Freitas Maia, Universidade Federal de Campina Grande.
Doutora em Ciências Sociais

Katson Fernandes, Universidade Federal de Campina Grande.
Doutorando em Ciências Sociais

Resumo: O semiárido oferece aos cientistas sociais uma diversidade de objetos de estudos que exigem do pesquisador um olhar sensível e crítico para alicerçar a investigação na dimensão das mudanças que envolvem e ressignificam a vida de indivíduos e grupos. Nesse sentido, as ruralidades no semiárido nordestino serão analisadas, a partir de quatro evidências empíricas que destacam: a organização social da agricultura familiar em cooperativas, a vaquejada enquanto ressignificação do espaço rural, as limitações impostas pela legislação à agricultura familiar ribeirinha e a agricultura familiar que integra técnicas produtivas e cria alternativas de geração de renda. Ao final, o esforço de revisão bibliográfica, aliado à análise das evidências, revelou possibilidades práticas e simbólicas de ruralidades: na (re)estruturação da produção agropecuária familiar a partir de um ambiente institucional mais estável, na valorização e ressignificação dos símbolos presentes nos espaços rurais, na resistência de agricultores familiares que lutam pelo acesso à água e na construção de um sistema alimentar que mescla a inserção no mercado institucional e nos circuitos curtos de comercialização.
Palavras-chave: ruralidades; meio ambiente; sistemas alimentares; Nordeste.

RURALITIES IN THE SEMI-ARID: REFLECTIONS BASED ON SOCIOLOGICAL EVIDENCE

Abstract: The semi-arid region offers social scientists a variety of objects of study that require a sensitive and critical eye from the researcher to base the investigation on the dimension of the changes that involve and give new meaning to the lives of individuals and groups. In this sense, the ruralities in the northeastern semi-arid region will be analyzed, based on four empirical evidences that highlight: the social organization of family farming in cooperatives, the vaquejada as a redefinition of rural space, the limitations imposed by legislation on riverside family farming and family farming that integrates productive techniques and creates income generation alternatives. In the end, the bibliographic review effort, combined with the analysis of the evidence, revealed practical and symbolic possibilities of ruralities: in the (re)structuring of family farming production from a more stable institutional environment, in the appreciation and re-signification of the symbols present in the spaces rural areas, in the resistance of family farmers who fight for access to water and in the construction of a food system that mixes insertion in the institutional market and in short commercialization circuits.
Keywords: ruralities; environment; food systems; North East.

RURALIDADES EN EL SEMIÁRIDO: REFLEXIONES DESDE LA EVIDENCIA SOCIOLÓGICA

Resumen: La región semiárida ofrece a los científicos sociales una variedad de objetos de estudio que requieren una mirada sensible y crítica del investigador para fundamentar la investigación en la dimensión de los cambios que implican y renuevan el sentido de la vida de los individuos y grupos. En ese sentido, se analizarán las ruralidades en el semiárido nororiental, a partir de cuatro evidencias empíricas que destacan: la organización social de la agricultura familiar en cooperativas, la vaquejada como redefinición del espacio rural, las limitaciones que impone la legislación a la agricultura familiar ribereña y agricultura familiar que integra técnicas productivas y genera alternativas de generación de ingresos. Al final, el esfuerzo de revisión bibliográfica, combinado con el análisis de la evidencia, reveló posibilidades prácticas y simbólicas de las ruralidades: en la (re)estructuración de la producción agrícola familiar desde un ámbito institucional más estable, en la valorización y resignificación de los símbolos presentes en los espacios rurales, en la resistencia de los agricultores familiares que luchan por el acceso al agua y en la construcción de un sistema alimentario que mezcla inserción en el mercado institucional y en circuitos cortos de comercialización.
Palabras clave: ruralidades; medio ambiente; sistemas alimentarios; Noreste.

Introdução

O debate sobre ruralidades remete a três incursões comuns e necessárias. A primeira delas se refere à discussão histórica, conceitual e política acerca do rural e do urbano, em uma perspectiva dicotômica (MARTINS, 1981). A segunda, está relacionada à problematização dos aspectos que no pós-guerra levaram à emergência de duas hipóteses: (1) a de urbanização completa, capitaneada por Lefebvre (2002), e (2) a de renascimento do rural, sistematizada e defendida por Kayser (1990). E, por fim, a terceira, elaborada por Veiga (2004, p. 58), que é um desdobramento dialético da segunda: "o mais completo triunfo da urbanidade engendra a valorização de uma que não está renascendo, e sim nascendo", ou seja, nossas ruralidades estão emergindo mediante a comodificação da natureza[1], a conservação da biodiversidade e a adoção de fontes renováveis de energia disponíveis nos espaços rurais (VEIGA, 2006).

O objetivo desse artigo é imergir na ruralidade do semiárido nordestino, partindo do pressuposto de que as ruralidades expressam formas de organização social em espacialidades delimitadas e, ao mesmo tempo, são estratégias de apropriação e uso de símbolos, de recursos naturais e de territórios, por atores e/ou grupos sociais diversos, muitas vezes sem uma vivência direta com o rural. Iniciamos nos questionando: Quais são as implicações de refletir sobre o semiárido pelas lentes das ruralidades? Como o

[1] Veiga (2006) não adota o conceito de comodificação, optamos pelo uso para expressar melhor o "fenômeno contemporâneo em que muitos bens, serviços, ideias e também pessoas – outrora considerados não comerciais – passam a ser transformados em mercadorias vendáveis. Na comodificação, 'tudo passa a ter um preço', representando a centralidade que o consumo – em detrimento da produção – ocupa na vida cotidiana" (BECK; CUNHA, 2017, p. 137).

sistema econômico e de justiça social organiza e reorganiza o acesso aos recursos naturais, terra e água? Ao mesmo tempo, emergem questionamentos mais urgentes e locais, por exemplo, como as populações têm criado condições alimentares capazes de satisfazer as suas necessidades?

As respostas para esses questionamentos foram inspiradas em quatro evidências empíricas, mobilizadas como situações exemplares das ruralidades no Semiárido, são elas: (1) formas de organização social da agricultura familiar, em cooperativas, no município de Apodi (RN), que reconfiguraram a paisagem do rural; (2) vaquejadas no município de Brejo do Cruz (PB), acompanhadas de shows musicais, bebida e comida, que atraem vaqueiros, profissionais e amadores, e turistas em bens simbólicos acessados nos espaços rurais; (3) limitações da agricultura familiar ribeirinha do município de Pombal (PB), impostas pela legislação ambiental e pelo acesso à água; e (4) agricultura familiar na Comunidade Trincheira, no município de Patos (PB), que integra técnicas de aproveitamento do solo, dos resíduos orgânicos e de captação de água, criando alternativas de geração de renda.

A opção por investigar os casos acima mencionados, considerou: (1) o caráter expressivo e distintivo de cada um deles, na medida em que o processo de ressignificação dos espaços e das dinâmicas produtivas refuta as definições cristalizadas, as quais associam, à cidade, o progresso e modernidade, e, ao campo, o atraso e a tradição; e (2) a representação que os sertões do semiárido nordestino possuem, do ponto de vista simbólico e social, nas transformações produtivas recentes. Nesse sentido, o sertão do Apodi, no Rio Grande do Norte, atualmente, é responsável por uma considerável produção de alimentos e pelo fortalecimento da agricultura familiar, mediante a construção de um arranjo institucional que possibilitou a organização dos processos produtivos e as distintas redes de comercialização. Por sua vez, o Sertão paraibano é perpassado pelas contradições e limitações que a legislação tem imposto ao acesso e uso de recursos naturais, especialmente à água, e à reconfiguração da pecuária, tendo, como desdobramentos, a vaquejada e as agriculturas alternativas locais.

Valorizar o conceito de ruralidades e tratá-lo analiticamente implica uma virada de chave para as pesquisas que se debruçam sobre o semiárido. Para analisar certas dinâmicas, faz-se necessário considerarmos processos históricos de desigualdade e exclusão – concentração de terra, monoculturas, formas diversas e não assalariadas de exploração da força de trabalho, entre outras –, mas é igualmente imperativo compreender que esse mesmo semiárido experimentou dinâmicas de transformação

profundas, sobretudo nas últimas três décadas. Portanto não dá mais para usar as lentes conceituais que insistem na oposição campo e cidade, ou mesmo naquelas que definem o semiárido pelo viés da seca e da fome.

Reforçando as análises de Bacelar e Favareto (2020), defendemos que as novas conexões entre setores e territórios dinâmicos imprimiram transformações estruturais importantes, entre as quais, a estrutura fundiária, o que redefiniu o curso do desenvolvimento do chamado "velho semiárido" (BUAINAIN; GARCIA, 2013), sem deixar de considerar as especificidades: aspectos ambientais, demografia, estratégias produtivas, dinâmicas políticas e econômicas. Ademais, o que apresentaremos tem como hipótese uma visão do semiárido como espaço dinâmico e de vida, que têm passado por mudanças relacionadas às atividades econômicas, mas também aos valores e significados atribuídos pelos grupos que nele residem.

Os casos evidenciados foram sistematizados a partir de investigações que sustentam a ruralidade como uma chave para interpretar o semiárido. Para a escrita deste texto, adotamos uma abordagem qualitativa, auxiliadas por técnicas de investigação como, pesquisa bibliográfica (artigos, livros, dissertações e teses) e estudo de caso. Para apresentar as ideias, estruturamos o artigo em duas seções: (1) uma problematização dos estudos sobre ruralidade, realizados a partir do final dos anos 1990, enfatizando os aspectos impulsionadores do debate, a inserção de novas agendas, como a ambiental, no processo de formulação de políticas agrárias e demais transformações que contribuíram para o surgimento de novas ruralidades; e (2) uma descrição analítica dos casos selecionados como evidências da ruralidade.

Ruralidade: uma categoria de análise sociológica

Os estudos rurais são historicamente marcados pela apresentação de conclusões duras e, muitas vezes, controversas, como: (1) a eliminação social do campesinato (KAUTSKY, 1980); (2) o completo processo de urbanização e o consequente fim do rural (LEFEBVRE, 2002); (3) o renascimento do rural (KAYSER, 1990); (4) a rurbanização proposta por Freyre (1982, p. 57), enquanto "um processo de desenvolvimento socioeconômico que combina, como formas e conteúdos de uma só vivência regional (...), valores e estilos de vida rurais e valores e estilos de vida urbanos", para rejeitar a ideia absoluta de urbanização e conservação de populações rurais; (5) o conceito de rurbano (GRAZIANO DA SILVA, 2002); e (6) as sete teses sobre o rural brasileiro, de Buainain *et al.* (2013).

Todo esse debate está, em parte, relacionado aos processos de industrialização, de configuração da agricultura periurbana e da agricultura em tempo parcial, que acabaram rompendo as clássicas dicotomias rural-urbano, campo-cidade, agricultura-indústria. Não se trata, portanto, de uma completa urbanização ou de um renascimento do rural. A ruralidade dos países desenvolvidos, por exemplo, não desapareceu, tampouco renasceu, ela está nascendo como destaca Veiga (2004), fruto de todas as transformações sociais, econômicas, políticas e ambientais que o mundo globalizado tem vivenciado.

Os países desenvolvidos sofreram profundas transformações socioeconômicas no pós-guerra, as quais levaram a uma revisão conceitual do rural e do agrário e a novos desenhos de políticas agrícolas e agrárias (GARCÍA BARTOLOMÉ, 1990). As rápidas mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo transformaram as noções de rural e urbano em categorias simbólicas, não correspondendo mais a realidades socioculturais distintas. Estudos realizados nesses países mostram duas questões: (1) a rápida adaptação da agricultura familiar à modernização, em reposta ao modelo produtivo em crise, e (2) o crescimento da pluriatividade (CARNEIRO, 1998), ambas amplamente analisadas.

As novas e múltiplas faces do rural, como espaço singular e de atores coletivos, na verdade, estão em processo de mudança (WANDERLEY, 2000). Na Europa, por exemplo, emergiu um neorruralismo, caracterizado pela proliferação de circuitos alternativos de produção e consumo, pela reinvenção de antigas profissões como estratégia de recuperação do caráter local, pela revitalização de áreas marginais e despovoadas a partir de projetos culturais e comunitários, pela adoção de novas formas de gestão do território, de governança local e do papel dos estudos locais (NOGUÉ, 2016).

O rural brasileiro, ainda que em um ritmo distinto dos países da Europa, vivenciou transformações nas relações entre as pessoas, nas formas de gestão dos recursos naturais e nas interdependências entre campo e cidade (FAVARETO, 2014). Mudanças expressas na conversão de áreas agrícolas em condomínios rurais, na chegada de novos moradores e no progressivo distanciamento das atividades agrícolas (PIRES, 2007); na mobilidade populacional e na emergência de ruralidades imersas no contexto urbano (CÔRTES; D'ANTONA; OJIMA, 2020); na percepção do rural enquanto patrimônio a ser usufruído e preservado (WANDERLEY, 2000), como as "festas caipiras" (CARNEIRO, 1998); e na multifuncionalidade da agricultura (CHACÓN;

MATTEI; RAMÍREZ CHAPARRO, 2021).

Alguns pesquisadores criaram tipologias para analisar as novas ruralidades: (1) pautando-se no perfil dos novos habitantes do campo, atraídos pelo contato com a natureza (MÉNDEZ SASTOQUE, 2013); (2) destacando a regionalidade para incorporar a densidade populacional, relações com bioma, distância dos centros urbanos e acesso aos serviços, oportunidades de trabalho na agricultura e fora dela, assim como pensar a capacidade de as políticas públicas nacionais alcançarem as populações e os territórios (BITOUN; MIRANDA, 2015); e (3) definindo ruralidades de exploração sob a forma de agronegócio integrado aos mercados nacional e internacional, assim como às ruralidades de proteção da biodiversidade e de ruralidades diversas, tanto social quanto espacial, além das suas manifestações híbridas (MORMONT, 2015).

À vista disso, constatamos que poucos autores definem ruralidades; destacamos alguns: Durán (1998), para quem ruralidade é uma palavra polissêmica que sugere traços com uma qualidade de vida, construída socialmente no tempo e no espaço; Karam (2004, p. 306), que aborda a ruralidade "como um modo de vida, como uma sociabilidade pertinente ao mundo rural, com relações internas específicas e diversas do modo de viver urbano"; Veiga (2004, p. 64), para quem ruralidade "nunca se resumiu às relações sociais ligadas às atividades agropecuárias, mesmo na curta fase histórica em que esse setor econômico foi dominante nos territórios extra-urbanos"; e para Chiodi, Marques e Muradian (2018) as ruralidades são heterogêneas construídas pela convivência entre agricultores e novos moradores do campo.

As mudanças nas políticas agrárias levada a cabo pela União Europeia, associadas à globalização e tecnificação da agricultura, à redução populacional e à perda do controle de decisões socioeconômicas que condiciona a vida cotidiana, reconfiguraram, por exemplo, a ruralidade espanhola (DURÁN, 1998). No Brasil, por sua vez, as políticas públicas de modernização da agricultura dos anos 1970, que sinalizavam para um progresso social e econômico, na verdade, resultaram em uma exclusão sem precedentes. Nos anos 1980, os excluídos do processo de modernização, organizados em associações e sindicatos combativos, passaram a questionar as políticas agrícolas. Na década seguinte, a ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, inseriram a questão ambiental no debate (BRANDEMBURG, 2005).

Uma reflexão sociológica sobre o debate em torno das ruralidades deve passar pela história de ocupação do território e pelas formas sociais de produção e organização

social. Da transição do Brasil colonial ao agrário exportador, a pequena propriedade foi conquistando espaço gradualmente. Podemos dizer que a grande propriedade e a pequena propriedade familiar são a base da organização social do meio rural brasileiro (BRANDEMBURG, 2010). Desta maneira, a formulação de políticas públicas de estímulo ao desenvolvimento, não podem passar ao largo do debate sobre ruralidades, meio ambiente e territórios.

Dentre os aspectos sociológicos envolvidos no debate sobre ruralidade e meio ambiente, destacam-se: o revigoramento das relações entre indivíduo e natureza; a capitalização das restrições ambientais; a criação de novas institucionalidades; o fortalecimento do capital social do território; a articulação entre políticas ambientais de regulação do uso do solo e da água, assim como de políticas agrícolas e agrárias (MARTINS, 2005; MARTINS, 2012; FREITAS; FREITAS; DIAS, 2012; LEITE, 2020); uma renovação das relações entre campo e cidade, a partir da justiça ecológica (RETIÈRE; MARQUES, 2019); a profissionalização do turismo rural e a ressignificação discursiva da natureza (MARTINS; MADUREIRA, 2019); e, por fim o turismo rural como instrumento de desenvolvimento (ARRUDA; VILANOVA; CHICHORRO, 2008; SILVA; PIRES, 2016).

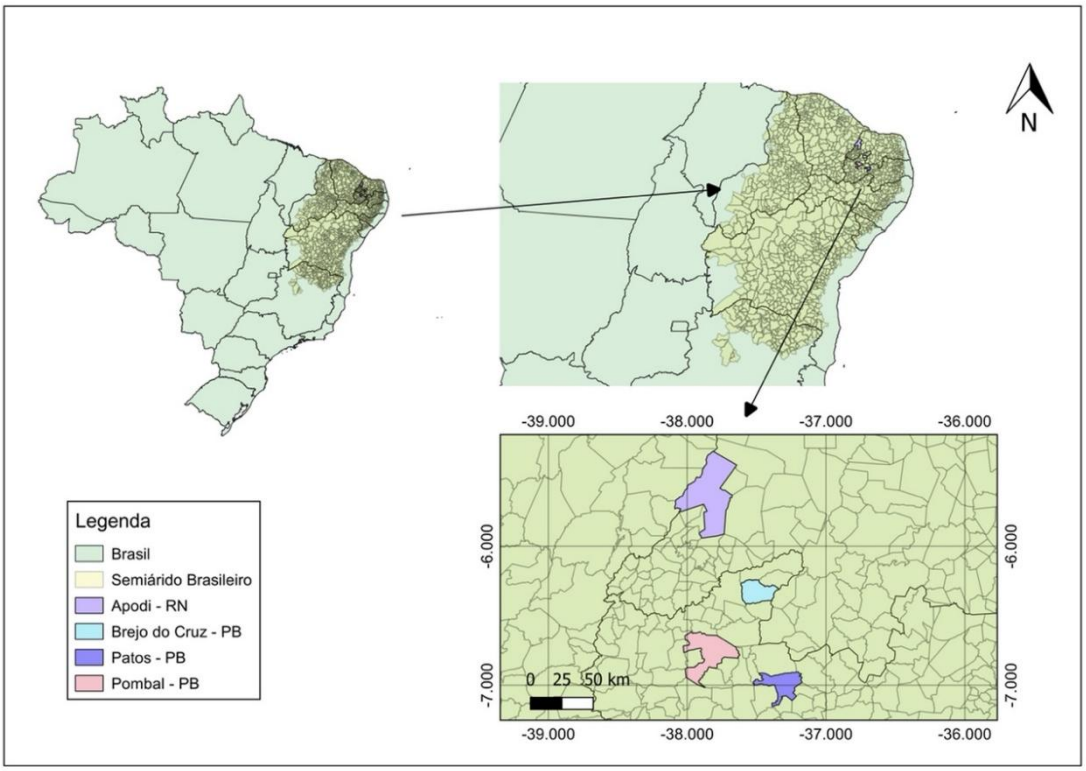
Há no Brasil uma ruralidade autoritária, presente no aparelho estatal e na cultura, que os processos de industrialização não foram capazes de apagar (MOREIRA, 2005). Esse argumento dialoga com as teses de Chambouleyron, Arenz e Melo (2020), a respeito da colonização da Amazônia, que eliminou espaços e práticas indígenas, resultando na construção de novas práticas e na legitimação de novos espaços de produção agrícola indígenas; e de Scopinho e Melo (2017), sobre as ruralidades precárias na região de Ribeirão Preto (SP), com trabalhadores temporários e não qualificados. Por outro lado, as transformações nas relações de trabalho no campo marcaram o surgimento de novas ruralidades: a agricultura orgânica desenvolvidas por mulheres (KARAM, 2004) e a maior presença de mulheres responsáveis pelos domicílios rurais nordestinos (SCOTT, 2007).

Ruralidades no semiárido: evidências sociológicas e estudo de caso

Nessa seção, analisaremos expressões de ruralidades no Sertão de Apodi, no município de Apodi, e no Sertão Paraibano, nos municípios de Brejo do Cruz, Pombal e Patos (ver figura 1), a partir de evidências empíricas que apresentam traços temporais distintos, aspectos de continuidade e permanência, assim como de tradição e

modernidade. Por que classificamos esses casos como evidências de ruralidade? Porque as sociedades modernas estão sempre mudando, ainda que em ritmos e direções particulares (VEIGA, 2006). Outrossim, o semiárido é hoje um espaço opulento, onde vivem e circulam atores com interesses diversos, com institucionalidades legitimadas pelos costumes, mas também guiadas por critérios normativos e procedimentos burocráticos que nos ajudam a refletir sobre a apropriação de recursos naturais e sobre processos produtivos da agricultura familiar.

Figura 1 – Localização das áreas de pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

O cooperativismo na agricultura familiar do Apodi: institucionalidades e ruralidade

As condições naturais e os atributos territoriais do semiárido nordestino, por vezes, informam o fluxo e o ritmo nos quais a ruralidade vai emergindo e se impondo: ora a imagem do rural tradicional, marcado pelo predomínio da pequena propriedade e das formas de organização social dos indivíduos no espaço, dependendo do tipo de colonização/ocupação, assumem formatos e denominações específicas, núcleos coloniais, vilas rurais, comunidades e bairros rurais; ora o rural moderno (SEYFERTH,1974) – talvez pela intensa proximidade com o urbano – reorganiza e

redefine a vida social, através de movimentos de integração ou complementariedade (QUEIROZ,1973).

O caso que será apresentado foi objeto da pesquisa realizada por Katson Fernandes (2020) em sua dissertação de mestrado, que teve como lócus empírico o município de Apodi -RN, situado no Território Sertão do Apodi, um espaço que carrega consigo características singulares de expressões das ruralidades acima descritas, desde aspectos subjetivos, como a identidade dos seus habitantes, até os mais concretos e objetivos, como as estratégias econômicas que asseguram as condições materiais de reprodução dos grupos. Considerando o imbricamento desses aspectos no Apodi, optamos por descrever o caso da Cooperativa da Agricultura Familiar de Apodi (COOAFAP).

Iniciaremos a apresentação do Apodi assinalando o seu reconhecimento como território da agricultura familiar e da agroecologia, ainda que essas particularidades se apresentem sob distintas formas de organização, inclusive em cooperativas, aqui entendida como uma estratégia de economia solidária. Quer dizer, um caso de ruralidade que escapa ao recorte espacial campo-cidade, e que denota o potencial de sucessos das estratégias empreendidas por atores coletivos (associações, sindicatos, cooperativas etc). Em consequência das ações territoriais impulsionadas pela política pública[2], emerge e ganha força o cooperativismo constituído pela e para a agricultura familiar, ou seja, uma estratégia institucional que impactou o Apodi, criando facilidades para compras de equipamentos e insumos, segurando e nivelando o preço dos produtos que seriam comercializados e, mais alinhado com a ruralidade, lançando luzes sobre os princípios do desenvolvimento sustentável, os cuidados com o uso da água e do solo.

O território "Sertão do Apodi" é formado por dezessete municípios, incluindo o município do Apodi, todos classificados como municípios rurais, com cerca de 50% a 80% de sua população vivendo em áreas rurais. Todavia a participação desses municípios em uma institucionalidade territorial possibilitou que tivessem um maior acesso e aproveitamento das políticas públicas. Entre elas, destaca-se o Programa de Aquisição de Alimento (PAA), considerado um dos principais compradores da produção comercializada pela COOAFAP, criando um ambiente institucional de comercialização mais estável e seguro para os agricultores/cooperativados, ao mesmo

[2] O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), instituído em 2003, centrou-se em uma governança territorial inovadora, com objetivo de organizar os processos de participação, coordenação, gestão e controle social das políticas públicas, de modo paritário e pelos atores territoriais (PIRAUX, *et al.*, 2020).

tempo que assegura à população beneficiária o acesso à comida de verdade. Essa dinâmica exemplifica uma dimensão da ruralidade em que a cidade é o espaço de bens e serviços para a população do rural, mas é a produção do rural que viabiliza a segurança alimentar da cidade, relação que intensifica a circulação, os fluxos de trabalho, as oportunidades e as informações em um complexo que envolve o rural e o urbano.

A agricultura familiar no município de Apodi oferta ao mercado uma cesta variada de produtos que integram o sistema alimentar local, são eles: feijão, cajarana, melancia e mamão, além de produtos de origem animal, como carne de gado, de carneiro e de bode, derivados do leite (queijo, manteiga, nata), e ainda o mel de abelha. Analisando os produtos ofertados, é importante falar da cadeia de emprego e renda que as atividades agrícolas e pecuárias geram, evidenciando a ruralidade no sentido da formação de uma comunidade de pessoas articuladas em espaços institucionais (fóruns, associações e cooperativas), que passam a incorporar um sistema de valores, experimentados em termos de uma ética do trabalho e da família.

Além da comercialização realizada através das Cooperativas, em Apodi, destacamos a comercialização por meio de circuitos curtos, com destaque para a feira livre. A importância das feiras livres para o município, no caso específico de Apodi, justifica-se por ser um espaço onde as famílias agricultoras que sobrevivem da produção agropecuária expõem e comercializam seus produtos. Vale destacar que, em Apodi, no local onde acontece a feira livre existe uma divisão interna, com um espaço específico para a comercialização de produtos da agricultura familiar, conhecido como, "a Feira da Agricultura Familiar"; e outro espaço, ocupado pelos comerciantes não agricultores, não produtores. Essa forma de apropriação e compartilhamento do espaço da feira evidencia a indissociabilidade entre rural-urbano, conformando uma ruralidade no município.

Ao adentrar a especificidade do município, questionamos uma dirigente da COOAFAP sobre a importância e o sucesso de uma cooperativa da agricultura familiar no município de Apodi. A resposta foi: "Apodi é um dos principais municípios do estado do Rio Grande do Norte, é privilegiado com água, um território legitimado e um solo apropriado (...), e, graças a Deus, a gente tem gente procurando passar isso também para o lado social, de se importar com o próximo, buscando comercializar a produção do agricultor que não tinha vez no mercado[...]" (Dirigente da COOAFAP, mulher, 27anos, 2019).

Como já o dissemos, a COOAFAP tem incorporado um repertório de questões relacionadas à água. Mesmo Apodi tendo um lençol freático privilegiado e reservatórios,

a cooperativa faz um trabalho de discussão sobre como investir em estratégias que reduzam o consumo de água, especialmente para que os agricultores enfrentem os períodos de estiagem prolongada. O resultado desse trabalho socioeducativo tem sido a resiliência e a mudança de mentalidade do homem e da mulher agricultores, como destacado por um dos interlocutores da pesquisa. “Por hora, estou produzindo fruta, verdura eu não estou produzindo porque o poço das verduras secou, mas produzia verdura, queijo, produzia tudo. Lá tinha um poço, secou o poço que a gente usava para plantar verdura, aí eu parei de plantar verdura, e me envolvi mais com cabra de leite” (Agricultor Familiar Cooperado, 2019).

Ante uma trajetória e ciclos que alternam período de chuva e de estiagem prolongada, que oscila entre avanços e obstáculos, a presença da COOAFAP na coletividade, que envolve a agricultura familiar em Apodi, imprime dinâmicas, ressignifica práticas e evidenciam uma ruralidade refletida nas relações de complementariedade entre o rural e a cidade. O reconhecimento desses agricultores familiares, ao mesmo tempo como produtores e consumidores, tem levado a COOAFAP a comercializar: pimentas, pimentão, cheiro verde, jerimum, tomate, cebola, melancia, banana, melão, ovo caipira, caprino, ovino, galinha caipira, mel, doce caseiro, ou seja, uma produção variada de alimentos que contribui para as condições e qualidade das famílias agricultoras e cooperativadas do Sertão do Apodi.

A vaquejada ressignificada: tradição, entretenimento e estratégia econômica

O segundo caso, extraído da tese de doutorado da pesquisadora Kaliane Maia (2013), ilustra a ruralidade enquanto processo que aponta para um potencial de valorização da atividade pecuária que extrapola a dimensão meramente econômica da criação de gado para a produção de leite ou corte. Apresentamos a festa da vaquejada como revalorização de distintas representações simbólicas da cultura sertaneja, que, sem perder totalmente as características tradicionais – a derribada/derrubada do boi, demonstração de dominação da natureza pelo homem –, passou por processos de ressignificação e de reconfiguração do espaço rural, entendidas como novas dinâmicas da ruralidade, que ampliaram o significado da terra e a narrativa do sertão semiárido como lugar da atividade pecuária.

A gênese da vaquejada está nos rituais de apartação, provavelmente, entre os séculos XVII e XVIII (CASCUDO, 1969). Criado em comum nos campos indivisos, no

mês de junho, se o inverno começasse cedo, o gado era tocado para os grandes currais, escolhendo-se a fazenda maior e de pátio de maior espaço. “Dezenas e dezenas de vaqueiros passavam semanas reunindo a gadaria esparsa pelas serras e capoeirões, com episódios empolgantes de correrias vertiginosas. Era também a hora dos negócios. Vendia e trocava-se.” (CASCUDO, 1959, p. 29). Mesmo sendo uma atividade de dever laborativo, ela propiciava a competição entre vaqueiros e, ao término da apartação, a comemoração destes, regada a bebidas e comidas, com a presença de cantadores para divertir os participantes (CASCUDO, 1968).

A partir da década de 1970, a vaquejada sofreu alterações na pega do boi, à medida que a pecuária intensiva permitiu a criação de gado em currais e que ocorram mudanças na forma de manejar os animais. O período de apartação foi substituído pela vaquejada de mourão, o objetivo continuava sendo a derrubada do boi, de forma mais recreativa. Com o passar do tempo os encontros de vaqueiros ganharam status de uma festa de entretenimento e a vaquejada passou a ser um espetáculo festivo, através da criação dos parques, áreas construídas para essa finalidade, nas quais, além da competição entre vaqueiros (profissionais e amadores), que dedicam parte do tempo treinando e se preparando para a derrubada do boi entre as faixas, também acontecem shows artísticos com bandas de forró, cantores sertanejos etc., além da instalação de barracas para venda de bebidas, aperitivos e comidas regionais.

A vaquejada mobiliza traços da cultura sertaneja do semiárido por meio de símbolos e da memória coletiva, alicerçada em histórias de bravura, coragem e sagacidade dos vaqueiros de outrora. Assim, evidenciamos a ruralidade pelo estabelecimento de conexões que borram a visão polarizada e dicotômica entre rural e urbano. Essa informação se materializa na narrativa de Lauro Maia, dono da fazenda Cachoeira, no município de Brejo do Cruz (PB), adquirida por herança familiar. Inicialmente, a renovação da pecuária se deu quando o proprietário decidiu investir em um rebanho melhorado geneticamente, comprou matrizes e reprodutores da raça pardo suíço, para substituir o seu rebanho mestiço. Economicamente, vivia da venda de tourinhos reprodutores e matrizes da raça pardo suíço.

Insatisfeito com a rentabilidade do negócio, Lauro Maia, em 1993, resolveu investir na construção de um parque de vaquejada, o Parque de Vaquejada Cachoeira. Durante os dias de vaquejada, o proprietário ainda realiza exposição de gado e equinos, negociando e vendendo reprodutores bovinos da raça pardo suíço e cavalos da raça quarto de milha. A prática da vaquejada, juntamente com os shows artísticos, aliada à

exposição e venda de animais, é uma das muitas situações do rural que não pode mais ser interpretado como uma sociedade separada do urbano. Essa nova ruralidade é propositiva da integração do mundo rural com o mundo urbano, pois atrai personagens que transitam com facilidade e proeza entre esses dois mundos sociais, fazendo a cultura da vaquejada ser, ao mesmo tempo, tradicional e moderna.

A categoria ruralidade nos leva a enxergar a profissionalização presente em diferentes atividades que envolvem a vaquejada como um traço que não pode mais ser utilizado para delimitar o rural e o urbano. Analisamos a constituição dos corredores que disputam os prêmios pela derrubada do boi, estes se dividem entre os: vaqueiros profissionais, contratados pelos parques de vaquejada ou por algum proprietário de fazenda de gado ou de haras; vaqueiros profissionais independentes, ou seja, os que possuem um bom cavalo e bancam todas as suas despesas para participar das competições; e vaqueiros amadores, aqueles que praticam o exercício da derrubada do boi "por esporte ou hobby", podendo se tornar profissional, quando ganham torneios de vaquejadas de amadores. Os vaqueiros profissionais, como aponta Maia (2013, p. 173), "trabalham diariamente tratando dos cavalos e treinando-os para as corridas [...], residem nas propriedades e recebem salário mensal".

Outra face do profissionalismo é que as vaquejadas, que costumavam acontecer em áreas improvisadas, sem nenhuma infraestrutura de apoio aos competidores e aos animais, atualmente acontecem em instalações planejadas, muitas vezes sofisticadas, que contam com todo um aparato de segurança, de primeiros socorros, prevenção contra incêndio, sistema de som e autofalantes, arquibancadas, camarotes, bilheterias, palcos e pistas de shows. Além disso, contam com o marketing, com propagandas que divulgam os bolões e as premiações concedidas aos ganhadores, e os shows, anunciando as bandas, cantores, etc.

A cada edição da vaquejada do Parque Cachoeira, o proprietário elenca todas as atividades que farão parte da edição, incluindo negociações com patrocinadores do evento, funcionários e serviços terceirizados. Com relação aos animais selecionados para a corrida, o proprietário do parque relatou que a sua vaquejada é feita com o próprio gado e que não costuma alugar. Quando questionado sobre o gado que participa dos torneios, ele afirmou que são reses de ambos os sexos, desde que tenham entre 15 e 18 arrobas. Os animais de menor porte são utilizados para as corridas nos dois primeiros dias, e no último dia da festa correm os animais de maior porte, para aumentar o grau de dificuldade de derrubada do boi.

A respeito da rentabilidade da vaquejada, Lauro Maia assinalou que os custos com a organização da vaquejada, inclusive a premiação, são pagos com as inscrições dos vaqueiros. Já as atrações artísticas são pagas com a arrecadação da bilheteria e com recursos dos patrocinadores. Por fim, o proprietário afirmou que todo o complexo da vaquejada traz um retorno financeiro compensador e que só aumenta a cada edição. Desse modo, a vaquejada tem possibilitado ganhos materiais, mas, sobretudo, simbólicos, além da produção da crença de que investimentos na pecuária e em espaços de entretenimento no campo, desde que alicerçado na criação de bens para o consumo, pode ser vantajoso.

Notadamente a vaquejada do Parque Cachoeira implica uma ruralidade, cujos traços se apresentam pela atividade turística, mas que, nesse contexto, não é uma simples atividade econômica, tendo em vista que se trata da expressão de um rural que já não é exclusivamente agropecuário, que abre possibilidades de trabalho e integra a população rural e urbana: garçons, cozinheiras, cantores, tratadores de animais, flanelinhas, veterinários, bioquímicos, zootecnistas etc. Esse conjunto de ressignificações culturais e econômicas expressam sinais de ruralidades percebidos na revalorização do pertencimento ao rural, especialmente pelos jovens, na possibilidade de ganhar um salário-mínimo, de ter direitos sociais assegurados, enfim, por uma melhoria visível das condições de vida dos citadinos.

“Tão perto” e “tão longe”: limitações da legislação ao acesso às terras de cultivo e à água

Os casos apresentados para refletirmos sobre ruralidades que resistem às imposições do novo Código Florestal Brasileiro, que impossibilita a manutenção do cultivo nas proximidades de açudes e rios, assim como aqueles cujas resoluções da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), da Agência Executiva de Gestão de Águas da Paraíba (AESA) e da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA) limitaram e/ou impediram a captação de água para a irrigação, são fruto de pesquisas realizadas no município de Pombal (PB), entre 2014 e 2019, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A legislação ambiental é praticamente desconhecida pelos agricultores familiares, o pouco que conhecem diz respeito às fiscalizações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), destinadas a coibir a

caça ilegal, a realização de queimadas, o desmatamento e a extração de areia. Os agricultores familiares utilizam as Áreas de Preservação Permanente (APPs) para o plantio de culturas anuais porque são as áreas mais férteis, em virtude da umidade do solo e dos sedimentos acumulados durante o período chuvoso.

Nas APPs, são cultivados o feijão e o milho, em seguida, vem a batata doce, o jerimum, e algumas frutíferas, como banana, melancia e manga. O feijão e o milho são os produtos mais tradicionais da agricultura familiar local, sendo obtidos com base no trabalho familiar. É fato, que o sustento das famílias provém do que é produzido, por isso precisam manter uma reserva de produção que possa garantir o sustento de todos os membros da família. As famílias destinam, em média, 1 ha para o cultivo de milho e 1 ha para feijão. A saca (60Kg) de milho hoje custa a R$ 81,00 e a de feijão a R$ 300,00, obtendo-se, em média, uma renda de R$ 1.215,00/família e R$ 4.500,00/família, respectivamente.

Outra recorrência apresentada pelos agricultores familiares diz respeito à irrigação. Os relatos tratam de conflitos entre os agricultores familiares e os agentes dos órgãos gestores dos recursos hídricos, a ANA e a AESA, que têm proibido a utilização da água proveniente dos rios Piancó e Piranhas-Açu para qualquer uso diferente do consumo humano e dessedentação de animais. Na fala abaixo, o agricultor expõe sua insatisfação frente à proibição da prática de irrigação, o que o impossibilitou de fazer plantios e produzir capim para utilização na pecuária:

> É, eu crio uns peixinhos, quem trabalha assim tem que se virar, se não se virar cai, mas já estão querendo proibir, se proibir fica ainda pior, porque todo mundo aqui criava peixe, meu tio... essas casas aí são todas do meu povo, e todos criam uns peixinhos. O “cabra” da AESA disse que nós teremos que parar de criar, porque tem pouca água dentro do açude (...) Não sei o que vamos fazer depois que tirar esses peixes, porque sem atividade não dá para viver não, sou aposentado, mas não dá. (Agricultor Familiar, 72 anos).

Sob o argumento de assegurar o abastecimento a todos os habitantes na Bacia Hidrográfica Piranhas-Açu, os órgãos gestores da água limitaram a sua retirada. A percepção que alguns agricultores familiares têm dessa limitação é de que ela está relacionada à destinação da água do açude Coremas, para garantir o abastecimento de municípios dos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Além da limitação da retirada de água, outro aspecto que gera conflitos são as mudanças constantes no teor das resoluções. Uma, de 2015, permitia a utilização de águas subterrâneas das margens dos rios a partir de outorga, e outra, de 2016, permitia apenas o uso para consumo

humano e dessedentação animal, independentemente de outorga:

> Eu tenho um documento da ANA, eu mostrei e eles falaram que não vale mais, está vencido (...) E esse não é documento de boca não, é da ANA mesmo, tudo no papel; é garantido, só quem tem é eu e outros 4 ou 5, os outros não tiraram não, e eu podia usar em qualquer canto que eu chegasse, está lá, anotado no documento, tirei em 2005 e já estamos em 2016, eu levei para eles ativarem, mas não ativaram não, e ninguém levou esse papel, só eu que levei, eles até se espantaram quando viram o documento e falaram "rapaz você tem esse documento?", e fizeram outro documento, e mandaram levar pra casa e não dá fim (...). (Agricultor Familiar, 72 anos).

Um caso que ilustra bem é o conflito surgido a partir do barramento de água, com sacos de areia, pela CAGEPA, com autorização dos órgãos reguladores, no município de São Bento. O objetivo desse barramento era facilitar a captação de água bruta para abastecer os municípios de São Bento, Catolé do Rocha e Brejo do Cruz, todos situados no estado da Paraíba, beneficiados pelos rios Piancó e Piranhas-Açu. O barramento assegurou o abastecimento dos três municípios, mas as comunidades rurais e demais municípios localizados a jusante do barramento tiveram a disponibilidade hídrica ainda mais reduzida, situação que se agravou, chegando ao estágio de perda total ao acesso à água do rio.

Essa atitude gerou conflitos entre os indivíduos localizados a jusante do barramento e os órgãos de gestão e fiscalização dos recursos hídricos. Os grupos de indivíduos contrários à construção do barramento realizaram ações de desobediência civil e destruíram o barramento inúmeras vezes, o que se configura uma ação de resistência às imposições legais dos órgãos de fiscalização que, na percepção de alguns agricultores familiares, respondem a interesses políticos e econômicos distintos dos seus. A percepção dos agricultores familiares é de que a proibição demonstra ser contraditória quando limita suas atividades econômicas, mas não afeta as atividades econômicas desenvolvidas nas cidades. Desta forma, tem-se uma ruralidade de resistência, de luta contra a limitação de acesso à água imposta pela legislação.

A ruralidade nas "Trincheiras" e a construção de sistemas alimentares

Nada mais identificado com a ruralidade do que os sistemas alimentares. Trata-se de um fenômeno social e um campo de investigação, com facetas que interseccionam natureza e cultura, com grande potencial para promover diálogos interdisciplinares. Recentemente, a Covid-19 colocou a alimentação no centro das preocupações globais, a partir de três dimensões: (1) da alimentação como direito universal básico e inalienável;

(2) relacionada à saúde, ou seja, um corpo biológico bem nutrido e alimentado fica menos vulnerável ao adoecimento; e (3) a voltada para a relação entre alimentação e recursos naturais, cuidado com a qualidade e a conservação do solo e da água, assim como a adoção de práticas que mitiguem as mudanças climáticas.

A comunidade Trincheiras, localizada em Patos (PB), chamou-nos a atenção como um caso de ruralidade para ser descrito e analisado, por ter uma área de aproximadamente 180 hectares e cerca de 60 famílias. Entre inúmeras situações exemplares de um rural que não pode mais ser lido como um espaço, ou uma sociedade apartada do urbano, mas como um território em permanente processo de ampliação, ressignificação e reflexividade de práticas, evidenciaremos, a partir da experiência de vida de uma família na comunidade Trincheiras, a construção de sistema alimentar que vêm ocorrendo, mais especificamente, na área onde reside a família ampliada de seu José Benício, mais conhecido por Cabeludo, e é assim que iremos nos reportar ao nosso interlocutor.

Seu Cabeludo vive e trabalha em uma área de cerca de 18 ha, concretamente nesse pedaço de chão vivem cinco famílias, ou seja, a família de Cabeludo (a esposa e dois filhos solteiros) e mais quatro irmãos que também são casados. Segundo Cabeludo, nessa pequena área todos trabalham em tudo, embora, nas respectivas famílias, alguns membros desenvolvam atividades fora do estabelecimento: alguns são funcionários públicos, trabalham como professoras, agente comunitário de saúde, motoristas, etc. Mas as cinco famílias, incluindo a de Seu Cabeludo, desenvolvem atividades agrícolas ou pecuárias no estabelecimento da própria família, que, como já dissemos, totaliza 18 ha.

Chegamos até Seu Cabeludo por intermédio da Ação Social Diocesana de Patos, que realiza um trabalho pedagógico e de assessoria aos agricultores familiares localizados nos municípios que fazem parte da Diocese de Patos. A indicação da família e do estabelecimento foi feita quando perguntamos como estava a questão da produção de alimentos na agricultura familiar da microrregião de Patos. Na situação, o técnico da Ação Diocesana citou vários casos, o que nos alegrou bastante, porém sugeriu que fossemos até o estabelecimento de Seu Cabeludo para verificar *in loco* o que ele havia narrado.

Logo no dia seguinte, bem cedo, fomos à feira da agricultura familiar em Patos e lá estava Dona Neneta, esposa de Seu Cabeludo, com sua banca de café. Aproveitamos a oportunidade para tomar café com bolo, em sua banca havia diversas bandejas com

bolos (mandioca, milho, pudim, macaxeira, leite), salada de frutas, tapioca, chás e sucos, tudo muito simples, mas de excelente qualidade, sem contar na acolhida. Era por volta de seis horas da manhã e Dona Neneta estava com Seu Cabeludo, atendendo aos fregueses com um belo sorriso e uma boa conversa.

Ao lado da banca de Dona Neneta, fica a banca de Seu Cabeludo, que dispunha de ovos de capoeira, mudas de frutíferas, coco verde, mamão, limão, goiaba, ervas medicinais (hortelã, mastruz e capim santo) e leite in natura. Na ocasião, acordamos com Seu Cabeludo a ida até a casa deles. No meio da tarde, chegamos à casa de Seu Cabeludo e fomos com ele conhecer a área e os plantios. Os aspectos que para nós são ilustrativos da ruralidade estavam por toda parte: no plano de sucessão do patrimônio, ou seja, quando o filho mais velho do casal recebeu todo apoio para cursar medicina veterinária, estando, hoje, no último ano do curso; ou na ressignificação das relações de gênero, quando a esposa compartilha não só do trabalho da roça com Seu Cabeludo, mas também da produção de bolos e do preparo de comidas para levar à feira. Dona Neneta vende aproximadamente 15 bolos inteiros em uma única feira, sem contar os que são vendidos fatiados, acompanhados de café, chá ou suco.

Quando questionado sobre as escolhas e estratégias produtivas adotadas, Seu Cabeludo foi objetivo*: "*Tiro meu sustento daqui, desse pedaço de chão. Aí, aqui eu trabalho assim, trabalho com limão, com acerola. Aí eu trabalho desse jeito... Meu pai dizia muito que eu era agricultor seboso". Seu Cabeludo fez esse comentário quando estava nos mostrando o seu pomar, com pouca luminosidade direta, com restolhos, galhos, folhas espalhadas pelo chão e sem nenhum alinhamento, ou seja, as frutíferas, segundo ele, algumas são plantadas, outras nascem a partir das sementes que caem dos frutos, ou brotam das sementes que os pássaros espalham, enfim, mas a explicação de Seu Cabeludo é a seguinte:

> Eu nem uso queimada, nem uso adubo químico de qualidade nenhuma, tenho ainda coqueiro, mamão, tudo eu tenho. Tudo integrado, eu tenho um poço lá embaixo, que a gente tira para as plantas, e tem o rio Espinharas, que a gente irriga o capim com o rio Espinharas, que é só pra área de capim.

Além das atividades agrícolas voltadas para a produção de alimentos e para o sustento da família, conforme assinala Seu Cabeludo: "Primeiro lugar é em casa, pra a gente comer, depois é que eu tiro meu sustento, fora o meu alimento, o que sobra é pra eu vender… eu sobrevivo daqui de dentro, de vender as coisas daqui"; ai vem a criação animal, que segundo nosso interlocutor: "A gente tem um gadinho, uma

pecuariazinha… faz a palma, forrageira, todo ano faz silo... Primeiro a gente tira o leite, e eu tanto vendo lá na feira e o meu irmão vende de porta em porta nas casas de manhã". Caminhando por todo o roçado, percebemos árvores grandes, que destoavam completamente da vegetação da caatinga, na ocasião expressamos nossa admiração com o que estávamos vendo e Seu Cabeludo narra: "Isso tudo foi da natureza que nasceu aí e aí a gente deixa".

Ao nos direcionarmos para a casa de Seu Cabeludo, passamos por uma área de dois hectares de feijão verde, totalmente orgânico. Quando chegamos à casa da família, encontramos Dona Neneta acompanhada do filho que havia chegado da Universidade. Passamos pouco tempo com a família, mas na conversa ficou evidente, que, embora, cada um tenha afazeres individualizados, não há divisão de tarefas em função do gênero, ou da geração, o filho que estuda veterinária, assim como o filho mais novo, auxiliam o pai com o gado, mas também limpam a casa e cozinham para que a mãe se ocupe dos bolos para vender na feira; o pai se desloca diariamente para fazer a venda do leite, mas auxilia a esposa com os bolos e com a limpa do terreiro, e Dona Neneta administra praticamente toda a renda, os investimentos, empréstimos (Pronaf) e a participação no mercado institucional (PNAE).

Para concluir, a situação evidenciada corrobora a ruralidade como categoria que auxilia na compreensão de dinâmicas que têm possibilitado o protagonismo da família na gestão da sua própria vida, sem depender da ação pública, uma vez que participam do mercado institucional, mas também se inseriram em outros circuitos de comercialização – a feira da agricultura familiar. Fazem uso de práticas culturais tradicionais ao mesmo tempo que qualificam os filhos para o mercado de trabalho, ou para permanecerem no estabelecimento, se desejarem. Por fim, podemos perceber o registro do fortalecimento de laços de confiança e solidariedade entre os indivíduos do grupo familiar e da família ampliada, fazendo referência aos irmãos de Seu Cabeludo.

Considerações finais

Ao refletir acerca das evidências empíricas nos sertões paraibano e do Apodi, identificamos ruralidades que sinalizam para processos de superação da clássica imagem conservantista do rural, caracterizado pelo atraso e pela precariedade, simultaneamente essas ruralidades têm apresentado saídas e possibilidades ante os processos recentes de desmontes institucionais, como o fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o desmonte da Companhia Nacional de

Abastecimento (CONAB). Dimensões como a família, os recursos naturais e a cultura, conforme assinala Mormont (1996), entrelaçam-se em uma realidade física, econômica e ambiental para tecer os fundamentos dessa ruralidade.

Os casos analisados revelaram possibilidades simbólicas e práticas de afirmar a riqueza teórica e metodológica da categoria ruralidade. A partir dela, identificamos: que a (re)estruturam, mediante a organização da produção familiar, em cooperativas, para criar um ambiente institucional mais estável e, assim, ampliar as possibilidades de comercialização; que ressignificaram traços de sociabilidade, como visto na vaquejada do Parque Cachoeira, no momento da experiência, que se faz única mesmo que os símbolos e artefatos estejam presentes em outros espaços; que resistem em manter um processo produtivo familiar, mesmo com o rigor do instituto legal elaborado para regular acesso aos recursos naturais; que constrói um sistema alimentar que mescla uma inserção no mercado institucional e, ao mesmo tempo, se mantém nos circuitos curtos de comercialização.

A análise do semiárido pelas lentes das ruralidades, portanto, mostrou-nos que existem estratégias produtivas agrícolas, pecuárias e não agrícolas, de ressignificação e de profissionalização das vaquejadas, assim como de apropriação e uso dos recursos naturais, que tensionam e, muitas vezes, se contrapõem à legislação vigente nas ações governamentais que relegam a agricultura familiar ao terceiro plano; como bem nos lembra Moreira (2005), há uma ruralidade autoritária no Brasil. Esse conjunto de experiências não traduzem marcas, símbolos e características do rural, nem do que costumamos mobilizar para definir o urbano, mas os fluxos entre estes têm produzido o que defendemos como ruralidade.

Referências

ARRUDA, C. A. S.; VILANOVA, S. R. F.; CHICHORRO, J. F. **Turismo rural e agricultura familiar:** o caso de Nossa Senhora do Livramento-MT. Interações, v. 9, n. 2, p. 149-157, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1518-70122008000200004>. Acesso em: 13 jun. 2022.

BACELAR, T.; FAVARETO, A. **O papel da agricultura familiar para um novo desenvolvimento regional no Nordeste?** Uma homenagem a Celso Furtado. Revista Econômica do Nordeste, v. 51, p. 9-29, 2020. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/1261>. Acesso em 13 jul. 2022.

BECK, C. G.; CUNHA, L. H. H. **As múltiplas faces da comodificação e a constituição da crítica acerca das práticas de consumo contemporâneas**. Ciências Sociais Unisinos, v. 53, n. 1, p. 136-147, jan./abril 2017. Disponível em:

<https://doi.org/10.4013/csu.2017.53.1.14>. Acesso em 13 jun. 2022.
BITOUN, J.; MIRANDA, L. I. B. **A tipologia regional das ruralidades brasileiras como referência estratégica para a política de desenvolvimento rural.** Raízes, v. 35, n. 1, p. 21-33, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.37370/raizes.2015.v35.422>. Acesso em: 13 jul. 2022.
BRANDEMBURG, A. **Ciências sociais e ambientais rural**: principais temas e perspectivas analíticas. Ambiente & Sociedade, v. 8, n. 1, p. 51-64, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2005000100004>. Acesso em: 13 jun. 2022.
BRANDEMBURG, A**. Do rural tradicional ao rural socioambiental**. Ambiente & Sociedade, v. 13, n. 2, p. 417-428, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2010000200013>. Acesso em: 13 jun. 2022.
BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. **Desenvolvimento rural do semiárido brasileiro:** transformações recentes, desafios e perspectivas. Confins, n. 19, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.8633>. Acesso em: 13 jun. 2022.
BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. **Sete teses sobre o mundo rural brasileiro.** Revista de Política Agrícola, v. 22, n. 2, p. 105-121, 2013. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/311>. Acesso em 13 jun. 2022.
CARNEIRO, M. J. **Ruralidades**: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 6, n. 2, p. 53-85, out. 1998. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/135>. Acesso em: 13 jun. 2022.
CASCUDO, L. C. **Tradições populares da pecuária nordestina**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1956.
CASCUDO, L. C. **Vaqueiros e cantadores**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1968.
CASCUDO, L. C. **A vaquejada nordestina e sua origem**. Recife: Fundaj, 1969.
CHACÓN MEJÍA, C.; MATTEI, L. F.; RAMÍREZ CHAPARRO, M. N. **Ruralidades en américa latina una mirada multidimensional de la pobreza a partir del análisis de componentes principales.** Revista Visión Contable, n. 23, p. 133-155, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.24142/rvc.n23a6>. Acesso em: 13 jun. 2022.
CHAMBOULEYRON, R.; ARENZ, K. H; MELO, V. S. **Ruralidades indígenas na Amazônia colonial.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, v. 15, n. 1, e20190027, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0027>. Acesso em: 13 jun. 2022.
CHIODI, R. E.; MARQUES, P. E. M.; MURADIAN, R. S. **Ruralidades e política ambiental:** heterogeneidade socioeconômica e lógicas indiferenciadas dos projetos públicos de pagamento por serviços ambientais. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 56, n. 2, p. 239-256, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560204>. Acesso em: 13 jun. 2022.
CÔRTES, J. C.; D'ANTONA, A. O.; OJIMA, R**. Urbanização extensiva e reconfiguração rural na Amazônia:** uma proposta teórico-metodológica baseada em indicadores demográficos e espaciais. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 22, e202015, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202015>. Acesso em: 13 jun. 2022.
DURÁN, F. E. **Viejos h nuevas imágenes sociales de ruralidad.** Estudos Sociedade e Agricultura, v. 6, n. 2, p. 76-98, out. 1998. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/136>. Acesso em: 13 jun. 2022.
FAVARETO, A**. A educação nos marcos das transformações do rural contemporâneo.** Educação & Sociedade, v. 35, n. 129, 2014, p. 1137-1163. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302014144331>. Acesso em: 13 jun. 2022.
FERNANDES, K. F. **Cooperativismo rural e desenvolvimento sustentável**: um

estudo de caso da cooperativa da agricultura familiar de Apodi-COOAFAP, Apodi/RN. 2020. 113f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanas) – Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2020.
FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; DIAS, M. M. **Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas**. Revista de Administração Pública, v. 46, n. 6, p. 1575-1597, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000600008>. Acesso em: 13 jun. 2022.
FREYRE, G. **Rurbanização**: o que é? Recife: Massangana, 1982.
GARCÍA BARTOLOMÉ, J. M. **Sobre el concepto de ruralidad:** crisis y renacimiento rural. Política y Sociedad, v. 8, p. 87-96, ene. 1991. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/POSO9191120087A>. Acesso em: 13 jun. 2022.
GRAZIANO DA SILVA. **O novo rural brasileiro**. 2 ed. Campinas: Unicamp, IE, 2002.
KARAM, K. F. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. Revista Estudos Feministas. v. 12, n. 1, p. 303-320, jan./abril 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100016>. Acesso em: 13 jun. 2022.
KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
KAYSER, B. **La renaissance rurale**. Paris: Armand Colin, 1990.
LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2002.
LEITE, S. P. **Ruralidades, enfoque territorial e políticas públicas diferenciadas para o desenvolvimento rural brasileiro:** uma agenda perdida? Estudos Sociedade e Agricultura, v. 28, n. 21, p. 227-254, fev./maio 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36920/esa-v28n1-10>. Acesso em: 13 jun. 2022.
MAIA, K. F. **O "agronegócio sertanejo"**: (re)pecuarização e grande propriedade rural na microrregião de Catolé do Rocha (PB), semiárido nordestino. 2013. 121f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2013.
MARTINS, J. S**. As coisas no lugar.** In: Martins, J. S (Org**.). Introdução crítica à sociologia rural.** São Paulo: Hucitec, 1981.
MARTINS, R. C. **Ruralidade e regulação ambiental:** notas para um debate político-institucional. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 43, n. 2, p. 249-266, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032005000200003>. Acesso em: 13 jun. 2022.
MARTINS, R. C. **Descrição e prescrição no desenvolvimento rural:** o território como espaço social reificado. Ruris, v. 3, n. 1, 2012. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ruris/article/view/691>. Acesso em: 13 jun. 2022.
MARTINS, R. C.; MADUREIRA, G A. **Do "buraco" ao atrativo turístico**: uma sociologia da ressignificação do rural. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 57, n. 2, p. 326-338, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.185693>. Acesso em: 13 jun. 2022.
MÉNDEZ SASTOQUE, M. J**. Una tipología de los nuevos habitantes del campo:** aportes para el estudio del fenómeno neorrural a partir del caso de Manizales, Colombia. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 51, 2013, p. s031-s048. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032013000600002>. Acesso em: 13 jun. 2022.
MOREIRA, R. J**. Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade**. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 11, n. 1, p. 113-143, out. 2003. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/232>. Acesso em: 13 jun. 2022.
MORMONT, M. **Le rural comme catégorie de lecture du social**. In: JOLLIVET, M; EIZNER, N. (Orgs). L'Europe et ses campagnes. Paris: Presses des Sciences Politiques, 1996.

MORMONT, M. **As ruralidades nas políticas globais.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 34, ago. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v34i0.39940>. Acesso em: 13 jun. 2022.
NOGUÉ, J. **El reencuentro con el lugar:** nuevas ruralidades, nuevos paisajes y cambio de paradigma. Documents d'Anàlisi Geogràfica, v. 62, n. 3, p. 489-502, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5565/rev/dag.373>. Acesso em: 13 jun. 2022.
PIRAUX, M; PERAFÁN, M. E. V.; CANIELLO, M.; ROCHA, B. N**. Avaliar a gestão social na governança territorial:** bricolagem, aprendizagem e hibridação na construção do Índice de Gestão Social (IGS). Redes, v. 25, p. 1071-1095, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v25i3.15233>. Acesso em: 13 jul. 2022.
PIRES, A. **Ruralidades em transformação**: agricultores, caseiros e moradores de condomínio. São Paulo: Annablume, 2007.
QUEIROZ. M. I. P. **O Campesinato Brasileiro**: ensaios sobre a civilização e grupos rústicos do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1973.
RETIÈRE, M.; MARQUES, P. E. M. **A justiça ecológica em processos de reconfiguração do rural:** estudo de casos de neorrurais no estado de São Paulo. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 57, n. 3, p. 490-503, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.184109>. Acesso em: 13 jun. 2022.
SCOPINHO, R. A.; MELO, T. G. **Ruralidades precárias, políticas públicas e trabalho em assentamentos rurais da região de Ribeirão Preto-SP**. Raízes, v. 37, n. 1, p. 7-20, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.37370/raizes.2017.v37.47>. Acesso em: 13 jul. 2022.
SCOTT, R. P**. Ruralidade e mulheres responsáveis por domicílios no Norte e no Nordeste.** Revista Estudos Feministas, v. 15, n. 2, p. 425-436, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200009>. Acesso em: 13 jun. 2022.
SILVA, J. H.; PIRES, M. L. L. S. **Associativismo em áreas protegidas**: restrições e possibilidades na experiência dos guias de turismo do Catimbau, Pernambuco. Ambiente & Sociedade, v. 19, n. 2, p. 169-186, jun. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC134847V1922016>. Acesso em: 13 jun. 2022.
SEYFERTH, G. **A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-mirim**: um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Movimento, 1974.
VEIGA, J. E. **Destinos da ruralidade no processo de globalização.** Estudos Avançados. v. 18, n. 51, p. 51-67, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000200003>. Acesso em: 13 jun. 2022.
VEIGA, J. E. **Nascimento de outra ruralidade**. Estudos Avançados, v. 20, n. 57, p. 333-353, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142006000200023>. Acesso em: 13 jun. 2022.
WANDERLEY, M. Z. B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas** – o "rural" como espaço singular e ator coletivo. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 8, n. 2, p. 76-98, out. 2000. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178>. Acesso em: 13 jun. 2022.